



**Fórum de
Pró-Reitores
de Extensão
das Instituições
Públicas de
Educação Superior
Brasileiras**



Open access  free available online

Revista Brasileira de Extensão Universitária

v. 8, n. 1, p.49-56 jan.- abr. 2017 e-ISSN 2358-0399

DOI: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2017v8i1.4971>

originais recebidos em 04 de novembro de 2016

aceito para publicação em 07 de abril de 2017

**Cadeia Solidária das Frutas Nativas:
algumas reflexões a respeito da
Segurança Alimentar e Nutricional**

Jeferson Tonin¹, Gabriel Collares Poester²,
Elaine Marisa Andriolli², João Candido Pelissari²,
Patrícia Elena Calderón Giraldo², Argossou Djosse Ignace²

Resumo: Os objetivos deste trabalho foram a) realizar algumas reflexões a respeito da Cadeia Solidária das Frutas Nativas (CSFN), rede de comércio estabelecida no estado do Rio Grande do Sul no sentido de compreender suas contribuições à Segurança Alimentar e Nutricional; b) estabelecer algumas problemáticas enfrentadas pelos agentes que compõem a cadeia. Utilizou-se de entrevistas e revisão bibliográfica para a coleta de dados. A importância da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, mais do que apenas econômica, é também social, dado que contribui para preservar a biodiversidade local, estimular a produção para o autoconsumo nas unidades de produção, fomentar a produção de alimentos de qualidade e fornecer uma possibilidade que auxilie na reprodução social destes agricultores. Dentre as problemáticas enfrentadas pelos agricultores e pelo CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), organização não governamental dedicada à assessoria e operação da CSFN (objetivo b), destacam-se as questões relacionadas ao manejo técnico, legalização das agroindústrias e certificação para produção agroflorestal.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Campos de Cima da Serra.

Content shared under [Creative Commons Attribution 3.0 Licence CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

1 Mestrando em Desenvolvimento Rural – PPGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). jeferson.tonin@hotmail.com
(autor para correspondência)

2 Mestrandos em Desenvolvimento Rural – PPGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. poesterbio@hotmail.com,
elainemarisa@hotmail.com, joao.drsa@gmail.com, pgiraldo.cal@gmail.com, jkokoyei@yahoo.fr

Solidary Chain of Native Fruits: some reflections on the Food and Nutrition Security

Abstract: The aim of this study were a) to carry out reflections on the Solidary Network of Native Fruits (SNNF), market network established at Rio Grande do Sul State, Brazil, in order to understand their contributions to food and nutrition security; b) define some challenges faced by agents that compose the network. Interviews and bibliographic review were used to collect data. The importance of the Solidarity Network of Native Fruits, more than just economic, is also social, since contributes to preserve local biodiversity, stimulates production for consumption in the production units, promotes the production of quality food and provides a possibility to the economic reproduction of these farmers. Among the problems faced by farmers and the CETAP, NGO dedicated to assist and operate the SNNF (objective b), the issues related to technical management, legalization of agroindustry and certification for agroforestry production were outstanding.

Keywords: Family Farming; Rural Development; Campos de Cima da Serra.

Cadena Solidaria de Frutas Nativas: algunas reflexiones sobre La Seguridad Alimentaria y Nutrición

Resumen: El objetivo de esta investigación fue a) realizar algunas reflexiones sobre la Red de Solidaridad de Frutas Nativas con el fin de comprender sus contribuciones a la Seguridad Alimentaria y la Nutrición; b) Establecer algunos problemas que enfrentan los agentes que componen la red. Se utilizó entrevistas y revisión de la literatura para la recopilación de datos. La importancia de la Red de Solidaridad de frutas nativas, más que sólo económica, sino que también es social, además de contribuir a la generación de ingresos, sino que también es importante para preservar la biodiversidad local, estimular la producción para el consumo en las unidades de producción, promover la producción de alimentos de calidad y ofrecer una posibilidad para ayudar en la reproducción de estos agricultores. Entre los problemas (objetivo b) que enfrentan los agricultores y el CETAP, la ONG dedicada a ayudar y operar el SNNF, se destacaron las cuestiones relacionadas con la gestión técnica, la legalización de la agroindustria y la certificación para la producción agroforestal.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Desarrollo Rural; Campos de Cima da Serra.

Introdução

A segunda metade do século XX foi particularmente importante para a agricultura, uma vez que a partir da década de 1960 dá-se início à II Revolução Agrícola dos Tempos Modernos (também conhecida como Revolução Verde), a qual é constituída por cinco elementos básicos: motorização, mecanização, fertilização mineral, variedades melhoradas e especialização (MAZOYER; ROUDART, 2010). A Revolução Verde possibilitou à agricultura passar por profundas modificações técnicas, sociais e econômicas.

Todo esse pacote tecnológico foi incorporado às políticas governamentais em resposta à crise do Processo de Substituição de Importação (PSI) no final dos anos 1950 (FONSECA, 2003), e foi adotado principalmente através de instrumentos como o fornecimento de crédito subsidiado, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária e garantia de preços mínimos (DELGADO, 2012). A agricultura brasileira passa desde então a modernizar-se, de forma que foi possível alcançar resultados produtivos elevados o suficiente para colocar o Brasil numa posição de destaque na produção de *commodities* no mercado internacional, tendo a cultura da soja como o principal carro-chefe da agricultura.

No entanto, é necessário destacar também que o processo de modernização da agricultura brasileira não foi em geral harmonioso e equitativo para o conjunto dos agricultores. Como lembra Balsan (2006), dentre os principais impactos deste processo destacam-se o êxodo rural, o processo de especialização, a concentração fundiária, a concentração de renda, a exploração da mão-de-obra e também os problemas ambientais.

Convém lembrar que o acesso a estas políticas de modernização não era amplamente difundido. Segundo Grisa e Schneider (2015), este processo apresentou um caráter triplamente seletivo: beneficiava médios e grandes agricultores, que estavam localizados na região sul e sudeste, e que direcionavam seus produtos à exportação ou a grandes grupos industriais. Esta dinâmica obviamente refletiu-se em um êxodo rural intenso aliado ao empobrecimento, e que foi capaz de articular e mobilizar uma série de organizações sociais rurais já no final da década de 1970.

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, a fronteira agrícola brasileira se expande cada vez mais e passa a ocupar inclusive regiões onde antes não era característico o cultivo de grãos, como é o caso dos Campos de Cima da Serra. Esta região é marcada pela forte ocorrência da pecuária familiar (CRUZ, 2012). No entanto, nos últimos anos tem-se

observado um êxodo rural muito intenso principalmente em função do avanço da área cultivada com soja. Por exemplo, segundo dados da FEE (s. d.), entre os anos 2000 e 2010 houve uma redução de quase 20% da população rural de Vacaria, um dos principais municípios do território Campos de Cima da Serra. O aumento destes sistemas de produção ocorre em detrimento de outros, como é o caso daqueles praticados por agricultores familiares, os quais, frente ao avanço de um modelo produtivo que demanda altas produtividades e aumento de escala de produção, se tornam incapacitados de competir com agricultores mais capitalizados e são levados a sair do meio rural ou, então, ao optar por permanecer, enfrentar condições pouco favoráveis. Segundo Veiga (2000), 28,4 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades entre 1960 e 1980 no país.

Os reflexos deste processo brevemente contemplado até aqui dão sustentação para a discussão que será desenvolvida neste trabalho a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que possui uma relação muito próxima com o atual contexto da agricultura, no qual o êxodo e a pobreza rural são fatos presentes em todo território brasileiro. Nas regiões Sudeste/Sul, a título de exemplo, a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano (VEIGA, 2000). Estas famílias, portanto, não têm condições de acesso físico ao alimento e certamente vivem em uma condição de insegurança alimentar nutricional, segundo lógica proposta principalmente por Sen (2000).

Além desse fator, é necessário destacar também que as tradicionais estratégias de desenvolvimento rural – principalmente pautadas na especialização produtiva de *commodities* destinadas à exportação – em pouco contribuem para a produção de alimentos direcionados ao mercado interno e, muito menos, ao mercado local, ou seja, contribuem para o enfraquecimento da soberania alimentar.

Sendo assim, estratégias de desenvolvimento rural pautadas em ações alternativas e que possam auxiliar na diminuição do êxodo rural através da geração de renda e também através da conservação da biodiversidade local para, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e nutricional, merecem especial atenção, como é o caso da Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS, que busca estimular as famílias à estruturação de cadeias produtivas com base no potencial de frutas nativas da região.

Segurança alimentar e nutricional

O tema segurança alimentar é discutido há pelo menos um século, todavia constantemente seu conceito precisa ser reformulado, dado que o termo abriga uma série de elementos e percepções que também se transformam em função dos diferentes momentos e períodos históricos nos quais é assumido, ou seja, trata-se sem dúvidas de um conceito em construção.

Durante a Primeira Guerra Mundial, principalmente na Europa, a definição de segurança alimentar em muito se aproximava da necessidade de uma nação ser capaz de produzir seu próprio alimento, precavendo-se de eventuais embargos, boicotes ou qualquer vulnerabilidade por quaisquer razões políticas e militares (BURITY et al., 2010). Para estes mesmos autores, a partir da Segunda Guerra e da criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945, esta discussão ganha força e já é possível observar alguma disputa em torno do termo. Enquanto a FAO entendia que o acesso ao alimento de qualidade deveria ser um direito humano, o FMI e o Bando Mundial, por exemplo, defendiam que a segurança alimentar seria garantida pelos mecanismos de mercado.

Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Ortega et al. (2016), a expressão segurança alimentar é ainda mais direcionada para o âmbito quantitativo, de modo que o pensamento predominante era de que a incorporação do progresso técnico à agricultura resultaria na ampliação da oferta de alimentos e, conseqüentemente, na resolução do problema da fome. Essa proposição efetivou-se na chamada Revolução Verde.

A Índia foi o palco das primeiras experiências desta modernização, com um enorme aumento da produção de alimentos, mas sem nenhum impacto real sobre a redução da fome no país. O que na realidade se verificou foi sérias conseqüências ambientais, econômicas e sociais, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (BURITY et al., 2010). A partir desta estratégia modernizadora, na década de setenta a produção mundial agrícola aumentou - embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde - e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo gravemente parcela importante da população mundial (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

No início da década de 70 a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos associada à proposta de aumento de sua produção, ou seja, não era suficiente só produzir alimentos, mas também garantir a regularidade do abastecimento (BURITY et al., 2010).

É neste contexto que se inicia a percepção de que, mais do que a oferta, a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o planeta mostra-se como a questão crucial para a Segurança Alimentar (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000). Assim, o conceito de segurança alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos (BURITY et al., 2010).

A partir deste momento, já no final da década de 80, outro aspecto passa a ter relevância na discussão alimentar: a questão nutricional. Além de todos terem acesso a alimentos, é necessário que sejam de boa

qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana, de modo que esta discussão adquira maior importância em um contexto que favorece o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola ou com a utilização de tecnologias cujos efeitos sobre a saúde humana permanecem desconhecidos (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

A partir do início da década de 90 consolida-se um forte movimento em direção a reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (BURITY et al., 2010). Autores como Maluf, Menezes e Marques (2000) afirmam que há que se considerar também a dimensão do patrimônio cultural que está intrínseco nas preferências alimentares das comunidades locais e nas suas práticas de preparo e consumo, dado que esta herança possui uma lógica associada às condições ambientais e sociais daquela comunidade, bem como de sua própria história.

De posse deste acúmulo histórico a respeito das transformações pelas quais passou o conceito de segurança alimentar e nutricional, é possível estabelecer que uma série de novos elementos foi introduzida no debate, como é o caso da discussão sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, que, além de aspectos nutricionais, inclui também a dimensão cultural da alimentação.

A cadeia solidária das frutas nativas (CSFN)

O processo de criação da CSFN está diretamente relacionado com o “Encontro de Sabores”, uma vez que o CETAP acolhe este evento no município de Cruz Alta - RS e disponibiliza sua estrutura para que o empreendimento possa buscar seu objetivo e viabilizar a comercialização de produtos derivados das frutas nativas (SILVA, 2014). Para efetivação e fortalecimento deste encontro articula-se a partir de então a Cadeia Solidária Das Frutas Nativas, que engloba todas as etapas de produção, processamento (quando for o caso) e comercialização das frutas e seus derivados.

De forma geral a CSFN é amparada pelo CETAP, o qual, segundo Silva (2014), é uma ONG (Organização Não Governamental) da sociedade civil que surge, em 1986, em função da necessidade de mudança de um contexto de crise socioambiental, cujas tendências apontavam para o agravamento, ou seja, os agricultores e suas organizações viram no CETAP um espaço para a construção de outra proposta tecnológica, de organização da produção e de desenvolvimento rural.

Assim, é possível afirmar que a proposta de estruturação de uma cadeia produtiva das frutas nativas possui, como um dos principais objetivos, incentivar a implementação de um desenho de produção, processamento e distribuição de alimentos, pautado pelo encorajamento à

conservação da biodiversidade local, a partir do estímulo ao surgimento e o fortalecimento de empreendimentos rurais e urbanos de economia solidária (CETAP, 2015)

As frutas nativas, embora ainda pouco estudadas e utilizadas, representam um potencial estratégico com vistas ao desenvolvimento rural sustentável. Um levantamento realizado no Rio Grande do Sul a respeito destas espécies evidenciou a existência de 109 espécies de ocorrência nativa neste estado, sendo 81 árvores, 18 arbustos e dez palmeiras (BRACK; KINUPP, 2006). Segundo estudo realizado por Kohler (2014), registrou-se iniciativas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de 20 espécies, como goiaba-serrana, butiá, pitanga, jabuticaba e araçá, por exemplo¹. Estas frutas são comercializadas *in natura* ou com algum tipo de processamento (bebida, geleia, picolé, polpa).

Para o CETAP, a CSFN permite uma proximidade entre o rural e o urbano que muito interessa ao conjunto da sociedade. Essa aproximação ocorre em toda cadeia de frutas nativas e leva a um círculo virtuoso capaz de alavancar desde a conservação de recursos genéticos ancestrais até a promoção da soberania alimentar e nutricional para consumidores e agricultores, além de representar um incremento de renda aos agricultores que desta cadeia fazem parte (CETAP, 2015).

Com a execução deste trabalho objetivou-se a) realizar algumas reflexões a respeito da Cadeia Solidária das Frutas Nativas no sentido de compreender suas contribuições à Segurança Alimentar e Nutricional; b) estabelecer algumas problemáticas observadas nesta situação.

Procedimentos metodológicos

Embora a Cadeia Solidária das Frutas Nativas esteja presente em grande parte do estado do Rio Grande do Sul², este estudo privilegiou o município de Pinhal da Serra para a realização da pesquisa de campo. Os dados foram coletados durante os meses de maio e junho de 2016, através de entrevistas semi-estruturadas com questões abertas, com duas famílias de agricultores, e um representante do CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares). Para condução das entrevistas, as famílias eram convidadas a expor sua trajetória dentro da unidade de produção, as motivações e os desafios enfrentados pelos agricultores da cadeia. Do ponto de vista institucional, o representante do CETAP apresentou o histórico e a estrutura organizacional da cadeia, assim como as dificuldades que se apresentam para sua operacionalização.

Parte dos agricultores que compõe a cadeia estão também integrados na Rota dos Butiazais, que foi criada pela Embrapa Clima Temperado e tem o apoio de instituições de ensino como UFRGS e UERGS e também do Ministério do Meio Ambiente. A Rota está inserida em vários pontos do Rio Grande do Sul nos quais os butiazais estão mais presentes (Giruá e Tapes, por exemplo), Santa Catarina e também no Uruguai e na Argentina.

Além disso, parte das informações também foi obtida através da participação em um encontro entre os representantes de diferentes organizações e instituições que, de alguma forma, se articulam com a Cadeia Solidária das Frutas Nativas. O encontro ocorreu em Vacaria-RS (maio/2016) e estavam presentes no evento representantes do CETAP, Embrapa Clima Temperado, SDR (Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul), Ecoforte³, UFRGS, UERGS e Territórios Litoral e Campos de Cima da Serra. A partir deste encontro foi possível acompanhar a dinâmica da Cadeia Solidária e também o teor da discussão referente à Segurança Alimentar e Nutricional. Ademais, os embasamentos teóricos utilizados são oriundos de literatura já produzida e de um aprofundamento teórico sobre tema. De porte deste ferramental buscou-se trazer algumas análises e reflexões sobre a Cadeia Solidária das Frutas Nativas.

Resultados e Discussão

Contribuições da CSFN para segurança alimentar e nutricional

Como já contextualizado no início deste texto, o processo de modernização da agricultura no Brasil trouxe resultados positivos do ponto de vista produtivo, no entanto, trouxe também uma série de reflexos negativos para o contexto agrário brasileiro, como o êxodo rural. Este talvez seja um dos processos mais representativos dos reflexos do projeto de modernização da agricultura, uma vez que ele significa a não possibilidade de reprodução social de uma categoria no campo e o que condiciona essa impossibilidade merece ser objeto de estudo e de direcionamento de esforços para que movimentos contra hegemônicos sejam planejados e executados.

A Cadeia Solidária das Frutas Nativas pode ser caracterizada como um destes movimentos por vários motivos, dentre os principais pode-se citar inicialmente sua importância no aspecto de diminuição do êxodo rural. Em grande medida, o êxodo rural tende a ocorrer em função de que a pequena unidade de produção não é capaz de competir com grandes detentores de terra na produção de grãos, dado que a viabilidade econômica destas culturas ocorre por ganhos de escala e não de valor agregado.

O Território Campos de Cima da Serra, por exemplo, é fortemente caracterizado pela pecuária familiar e, como já mencionado, a região possui como formação vegetal original o campo nativo. O avanço da fronteira agrícola, por sua vez, tem feito com que nestas áreas onde antes havia criação de gado agora sejam cultivadas com o binômio trigo-soja. Isso pode ocorrer através da conversão de sistemas de produção de bovinocultura de corte para grãos ou então pela venda destas unidades

familiares de produção para grandes proprietários de terras.

Uma das famílias entrevistadas relata que é bastante comum na região as famílias converterem seus sistemas de produção, que antes eram compostos por campo nativo e butiazais, por exemplo, em lavouras para produção de grãos, marcadamente a cultura da soja. Dados da FEE (s. d.) confirmam essa situação. Em 2001 a área cultivada com soja era de 3.000 ha e no ano de 2015 o número chega a 10.500 ha, ou seja, um incremento de 350%. Todavia, para unidades de produção menores, a produção de grãos pode não ser a melhor opção, dada a necessidade de maior escala de produção. É pertinente ressaltar que a produção de frutas permite maior rentabilidade por área cultivada, diferentemente das tradicionais *commodities*.

Assim, Cadeia Solidária das Frutas Nativas, ao proporcionar uma possibilidade de renda complementar para as famílias, surge como uma iniciativa capaz de auxiliar a reprodução social destas categorias. De acordo com as famílias entrevistadas e também para o representante do CETAP, a comercialização de frutas nativas tem atuado como um complemento de renda nestas unidades de produção, uma vez que as famílias podem continuar produzindo gado de corte (enquanto pecuaristas familiares) e, ao mesmo tempo, exploram os butiazais (*Butia eriospatha*)⁴, que é uma espécie bastante comum na região.

Para os agricultores entrevistados, na ausência deste complemento de renda (neste caso, a venda dos butiás), a possibilidade de conversão de seus sistemas de produção aumentaria consideravelmente, dado que praticamente em todos os arredores das propriedades já há produção de grãos onde antes havia a pecuária de corte. As frutas, após comercialização, seguem para processamento e posterior venda ao consumidor e até para restaurantes de regiões próximas. Isto geralmente ocorre na forma de polpa ou mesmo picolés.

Além disso, as frutas nativas permitem que estas famílias acessem mercados diferenciados, como os institucionais. Segundo o representante do CETAP, há um diálogo para tentar enquadrar os produtos da CSFN em Restaurantes Universitários de universidades, alternativa ainda não efetivada, embora promissora.

A geração de renda e o acesso à terra, para Burity et al. (2010), são apenas alguns dos direitos básicos para que se chegue ao conceito do Direito Humano de Alimentação Adequada. E neste ponto é central considerar que a CSFN é exitosa. A soberania alimentar implica, entre outras coisas, o direito de produzir, transformar, consumir, importar e exportar alimentos sem reproduzir modelos que gerem injustiça social, de forma sustentável, conservando e resgatando a diversidade produtiva e cultural de um povo (BURITY et al., 2010).

Outra questão que precisa ser destacada refere-se à qualidade da alimentação destas famílias que atuam na produção de frutas nativas (autoconsumo), e também à qualidade do alimento que é colocado à disposição do consumidor. Um estudo realizado no município de Passo

Fundo (SILVA, 2014) revelou que uma das principais características que atraí os consumidores para das frutas nativas refere-se a sua qualidade e a possibilidade de uma alimentação saudável. Para a autora,

ficou claro que a compreensão do significado de uma alimentação saudável, para os consumidores, se dá não só por meio de uma dieta rica em produtos com nutrientes complementares à alimentação habitual, mas também por uma alimentação com produtos poucos processados, sem aditivos químicos como produzidos de maneira ecológica, que não causam impactos ao produtor e ao meio ambiente (SILVA, 2014).

Dessa forma, as famílias, além de colocarem à disposição do consumidor um produto de qualidade e diferenciado, também o utilizam em suas dietas, uma vez que o autoconsumo é uma prática muito comum – e importante – para reprodução social destas categorias. Segundo Fritz (2009), abordar a produção mercantil não implica necessariamente desconsiderar o papel que assume a produção para o autoconsumo como integrante da reprodução das famílias rurais e, portanto, de sua segurança alimentar. Para o autor, a inexistência de condições de produção para o autoconsumo, devido à carência de recursos, ou então, a perda destas condições pela “opção” à especialização produtiva, são causas da insuficiência alimentar, que se somam aos indicadores de pobreza rural.

A segurança alimentar e nutricional só será garantida quando tivermos processos sustentáveis e integrados de todas as fases da produção até o consumo dos alimentos, sendo que em relação ao meio ambiente destaca-se a preservação e/ou o uso sustentável da biodiversidade (BURITY et al., 2010). De acordo com o representante do CETAP, A CSFN contribui também para a preservação ambiental, principalmente por auxiliar na manutenção de espécies nativas e impedir que sejam substituídas por monoculturas de ciclo curto.

A região dos Campos de Cima da Serra, como já apresentado, é composta por campos de pastagem nativa. Por se tratar, geralmente, de solos bastante sensíveis à erosão quando utilizados para culturas de ciclo curto, como a soja, e sem as devidas práticas conservacionistas, sofrem rápida degradação.

Dessa forma a CSFN é capaz de auxiliar na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, assim como contribuir para o consumo responsável, com o resgate de nossas culturas alimentares, associadas a formas justas de produção, processamento e distribuição de alimentos (CETAP, 2015). Entende-se, assim, que a Cadeia Solidária das Frutas Nativas, ao auxiliar a reprodução social das famílias rurais, a conservação da biodiversidade e a produção para o autoconsumo, contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias e também dos consumidores.

Principais Problemáticas

Neste tópico serão apresentadas algumas das dificuldades principais enfrentadas pelos agentes que compõem a

Cadeia Solidária das Frutas Nativas e que foram obtidas através de entrevista com representante do CETAP e da participação em encontro entre os principais agentes que compõem a cadeia. Essas questões estão presentes em todas as etapas (produção, processamento e comercialização) e certamente estão de alguma forma articuladas e influenciam na dinâmica da CSFN.

Manejo Técnico: Por se tratar de sistemas de produção em relação aos quais os agricultores não estão habituados e também por serem de produtos que, por muito tempo, foram economicamente desimportantes, não raramente observa-se algumas dificuldades quanto ao manejo técnico de espécies nativas que produzem, dentre outros, o butiá (*Butia eriospatha*), o pinhão (*Araucaria angustifolia*), o araçá (*Psidium cattleianum*), a jaboticaba (*Plinia peruviana*) e a guavirova (*Campomanesia xantocarpa*).

Claro está que grande parte destes cultivos são realizados em sistemas agroflorestais, de modo que a interferência do homem é bastante reduzida quando comparada à sistemas não-florestais. No entanto, práticas como o desbaste, a poda, a aplicação de produtos – mesmo que caldas fitoprotetoras – e sua dosagem e o ponto de colheita costumam ser, por vezes, objeto de dúvidas.

Por dificuldade de acesso à informação ou à extensão rural, as famílias se vêem obrigadas a utilizar agrotóxicos no controle de doenças, sem considerar as alternativas disponíveis. Ainda, precisam enfrentar diariamente os conflitos com a assistência técnica pautada nas resoluções de problemas com soluções pontuais. Assim, sobressai-se a importância de a academia estar constantemente em diálogo com os agricultores na construção de técnicas adequadas à cada contexto.

Legalização: A discussão referente à legalização é bastante conhecida e certamente merece atenção especial, dado que uma das formas de aumentar o valor agregado na comercialização destes alimentos se dá através do processamento no interior de agroindústrias. Para estas, há uma legislação que determina uma série de elementos que estes espaços devem atender para que tenham registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e estejam, portanto, aptos para operação.

Há que se considerar que se trata, no caso da CSFN, de estabelecimentos geralmente familiares e de escalas reduzidas. Todavia, não há uma diferenciação, na legislação, entre estas agroindústrias e aquelas que operam em escalas maiores sob comando de grandes complexos industriais. A adequação das agroindústrias (que são responsáveis pela transformação de frutas em polpas ou outros produtos como bebidas, geleias, licores e picolés), além de representar um custo elevado, muitas vezes alteram as características de determinado produto, que possui traços específicos em função de seu modo de preparo. Este tem sido, sem dúvida, um dos principais problemas que os agricultores têm enfrentado, dado que o acesso aos mercados torna-se difícil sem a legalização, que compreende a regularização sanitária, ambiental e fiscal, e mesmo diante de uma demanda crescente.

Certificação das áreas de Agrofloresta: Uma grande parte das frutas nativas são produzidas em sistema

agroflorestal, extrativistas ou não. No entanto, há uma dificuldade de conseguir a certificação específica para estas áreas, para que estes produtos sejam diferenciados da produção orgânica, por exemplo, no momento da comercialização. Mesmo que estes sistemas de produção também possam ser considerados orgânicos, é interessante registrar que a produção em sistema agroflorestal possui suas especificidades. Existem iniciativas interessantes nesse sentido, como a *Certificação de áreas visando a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) de base ecológica*, organizada pela SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) e que representa um avanço para estes agricultores, mas parece ainda ser insuficiente, uma vez que a inserção destes produtos em mercados formais não é uma prática comum, tampouco algo fácil de ser operacionalizado. Ressalta-se, portanto, a relevância deste tema para o fortalecimento da Cadeia Solidária das Frutas Nativas.

Considerações Finais

O surgimento da Cadeia Solidária das Frutas Nativas está diretamente relacionado com o “Encontro de Sabores”, sendo que ambos recebem apoio do CETAP para operacionalização das atividades. A CSFN reveste-se de importância ao tornar possível uma alternativa de desenvolvimento que busque, além de preservar a sociobiodiversidade local, contribuir na geração de renda das famílias rurais através da produção, processamento e comercialização de frutas nativas.

A argumentação conduzida neste trabalho defende a ideia de que a CSFN tem contribuído para a segurança e a soberania alimentar e maior ainda é seu potencial. Sua importância, mais do que apenas econômica, é também social, dado que além de contribuir na geração de renda, contribui preservar a biodiversidade local, estimular a produção para o autoconsumo nas unidades de produção, fomentar a produção de alimentos de qualidade e fornecer uma possibilidade que auxilie na reprodução social destes agricultores.

Além disso, em relação ao segundo objetivo, há que se considerar também que existem situações nas quais, tanto os agricultores como o CETAP, encontram algumas dificuldades ao longo da cadeia, como é o caso do manejo técnico dos cultivos e da utilização de produção químicos, da dificuldade de atender às normas de formalização legal das agroindústrias e também da dificuldade de obter a certificação para as produções agroflorestais. Estas questões, embora já sejam objetos de estudo, merecem destaque na discussão sobre a Cadeia Solidária das Frutas Nativas.

Notas

1 Ver lista detalhada em Kohler (2014).

2 Conforme trabalho realizado por Kohler (2014), já foram identificados 49 municípios envolvidos com uma ou mais de

uma etapa da cadeia. Trata-se de aproximadamente 1.200 famílias envolvidas.

3 Projeto gestado pelo CETAP e executado em parceria com demais instituições que trabalham com o tema da agroecologia do Rio Grande do Sul.

4 Para Corrêa et al. (2009), há cinco espécies de palmeiras deste gênero (*Butia*) que ocorrem no Rio Grande do Sul. Na região em questão, segundo os agricultores entrevistados, o *Butia eriostatha* é a espécie mais encontrada.

Referências

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n.1, p. 123-151, 2006.

BRACK, P.; KINUPP, V. F. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. In: Meirelles, L. R. (org.). **Biodiversidade: passado, presente e futuro da humanidade**. Dom Pedro de Alcântara: Centro Ecológico, 2006, p. 70-72.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CETAP. **Frutas Nativas: alimentos locais, sabores e ingredientes especiais**. Passo Fundo: Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), 2015.

CORRÊA, L. B.; ROSA, BARBIERI, R. L.; ROSSATO, M.; BUTTOW, M. V.; HEIDEN, G. Caracterização cardiológica de palmeiras do gênero *Butia* (Arecaceae). **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 31, n. 4, p. 1111-1116, 2009.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso de queijo serrado dos Campos de Cima da Serra – RS**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século: (1965-2012)**. 1. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. v. 1.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. FEEDADOS. Porto Alegre: FEE, s. d. Disponível em: < <http://feedados.fee.tche.br/feedados/> > Acesso: 10 set. 2016.

FONSECA, P. C. D. O. O processo de substituições de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 248-282.

FRITZ, K. B. B. **A insegurança alimentar no rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma**

capacitação básica. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

KOHLER, M. **Diagnóstico Preliminar da cadeia das frutas nativas do estado do Rio Grande do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Biológicas). Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. Caderno de Segurança Alimentar. Campinas: UNICAMP, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/1996/IV/docs/contribuicao-ao-tema-da-seguranca-alimentar-no-brasil.pdf>> Acesso: set. 2016.

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ORTEGA, A. C.; COUTO, E. P.; VIAN, C. E.; ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W. Segurança alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina. Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. In: ORTEGA, A. C. **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.** 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2016, p. 171-202.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, A. L. O. **Agentes contemporâneos:** uma análise a partir da participação de consumidores de passo fundo na cadeia produtiva das frutas nativas do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VEIGA, J. E. Pobreza rural, distribuição de riqueza e crescimento econômico: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, E. (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico.** 1. ed. Brasília: NEAD/MDA, 2000, v. 1, p. 173-200.

Como citar este artigo:

TONIN, J.; POESTER, G. C.; ANDRIOLLI, E. M.; PELISSARI, J. C.; GIRALDO, P. E. C.; IGNACE, A. D. Cadeia Solidária das Frutas Nativas: algumas reflexões a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 1, p. 49-56, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/4971/pdf>>